

CONSTITUINTE

ANL p 19

Camões vê riscos na anistia das microempresas

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Certo de que a aprovação das emendas na Assembleia Nacional Constituinte que prevêem de forma diferenciada a anistia aos micro, pequenos e médios empresários, agricultores e a todo e qualquer devedor de contratos firmados até 31 de dezembro de 1987 dará ao sistema bancário privado e oficial um prejuízo incalculável, Elmo de Araújo Camões, presidente do Banco Central (BC), admitiu, na sexta-feira em São Paulo, que é o interlocutor entre instituições e constituintes no sentido de esclarecer os riscos que a aprovação dessas emendas trará ao mercado financeiro.

Camões acredita que as emendas — que serão votadas nesta fase das Disposições Transitórias da Constituinte — não serão aprovadas e que a decisão de fixar o juro cobrado pelo crédito em 12% ao ano acima da inflação também deverá perder seu efeito através de algum mecanismo.

De acordo com dados fornecidos pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), estudos preliminares do BC revelam que a anistia poderá acarretar um prejuízo para os bancos comerciais, inclusive Banco do Brasil, bancos de desenvolvimento e sociedades de crédito imobiliário, superior a CZ\$ 1,6 trilhão.

Este valor supera CZ\$ 3 trilhões se forem consideradas as operações das caixas econômicas federal e estaduais. Embora os bancos oficiais detenham mais de dois terços dos créditos abrangidos nas emendas dos deputados Humberto Souto (2P01459-3), do senador Mansueto de Lavor (2P00895-0) e do deputado Ziza Valadares (2P00567-5), tomando-se como referência apenas as operações fechadas com bancos comerciais, a aprovação das emendas destruirá cerca de 36% do patrimônio líquido dessas instituições.